



UFSC



Artigos Livres

O interesse público submetido à moralidade religiosa: postagens de Jair Bolsonaro no Instagram (2019-2020)

The religious moralistic approach to public interest issues in the posts of
Jair Bolsonaro on the Instagram (2019-2020)

Muriel Pinheiro¹ , Maria Helena Weber¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO

A mistura entre religiosidade, moral e política demarcou o discurso do ex-presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, eleito em 2018. O objetivo deste artigo é analisar suas postagens, a partir do seu perfil no Instagram, onde possuía mais de 20 milhões de seguidores, no período de janeiro de 2019 a junho de 2020. O artigo aborda a ascensão da religião evangélica no Brasil, considerando o cenário de crises da democracia contemporânea, a proximidade do populismo e as relações históricas entre religião e política. O texto é construído a partir das premissas de que o estado brasileiro é laico e a defesa republicana do interesse público, que caracteriza a comunicação pública, é tensionada pela abordagem religiosa do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2020).

Palavras-chave: Comunicação política; Política e religião; Moralidade religiosa; Presidente Jair Bolsonaro; Postagem no Instagram

ABSTRACT

The mix between religiosity, morality, and politics has marked the discourse of the Brazilian ex-president Jair Bolsonaro, elected in 2018. The purpose of this article is to analyze the president's posts in his Instagram social network, where the president had more than 20 million followers, from January 2019 to June 2020. The article addresses the rise of evangelical religion in Brazil, considering the crisis scenario of contemporary democracy, the proximity of populism, and the historical relations between religion and politics. The analysis was based on the assumptions that the Brazilian state is secular and the republican advocacy of the public interest, which characterizes public communication, has been strained by the religious approach adopted by the ex-president Jair Bolsonaro (2019-2022).

Keywords: Political communication; Political and religion; Religious morality; President Jair Bolsonaro; Instagram's posts



1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as religiões têm participado do desenvolvimento de sistemas políticos e influenciado o comportamento da humanidade, através dos vínculos entre a fé e o poder, e assim justificam controles e submissões à moralidade religiosa, que define a vida, a morte, o amor, a sexualidade e o funcionamento do mundo. Para cada religião, um deus, crenças, rituais e preceitos a serem seguidos que, assim, definem verdades e determinam comportamentos. A verdade religiosa se faz em dogmas e no exercício da fé e assim estabelecer grandes relações de poder.

No entrelaçamento da dimensão ideológica, na qual religiosidade, moral, política e o interesse público se encontram, propomos este artigo. O objetivo é analisar a comunicação direta de Jair Bolsonaro quando presidente do Brasil (2018-2022), através do dispositivo digital Instagram. Parte-se da premissa que em democracias, os discursos do Estado e, especialmente, da presidência obedecem à normatividade e a princípios da comunicação determinados pelo interesse público na perspectiva teórica da esfera pública habermasiana (Habermas 2014); a cena de visibilidade pública (Gomes 2008) e a comunicação pública (Esteves, 2011; Weber, Coelho e Locatelli 2017). Neste sentido, quando a comunicação governamental tergiversa sobre o interesse público, valoriza grupos específicos e conceitos religiosos, num país laico, pode ser entendida como afronta aos princípios republicanos.

Neste artigo, abordamos a influência religiosa na política brasileira, especialmente, com o crescimento das igrejas evangélicas neopentecostais, sob a estratégia de acolhimento social e a investimento na visibilidade midiática e ocupação de lugares político. O neopentecostalismo tem se imposto sobre a laicidade constitucional do Brasil apesar da predominância do Catolicismo e tem afrontado o sincretismo religioso nacional que convive com as religiões africanas, protestantes, orientais e outras. Na história política brasileira, podem ser identificadas as relações de poder entre a Igreja e os regimes políticos ditatoriais, assim como o papel das igrejas na

resistência da população ao arbítrio. A presença do religioso na comunicação pública de um governo configura-se como parte de sua estratégia política, na medida em que delimita os interlocutores de sua narrativa e exclui aqueles que não compartilham da mesma fé, de modo que a comunicação deixa de ser universal para privilegiar grupos específicos de interesse do mandatário.

Esse artigo é a síntese de uma pesquisa maior desenvolvida como dissertação de mestrado (Pinheiro, 2021) e obedece à metodologia quali-quantitativa da análise de conteúdo aplicada a 1225 postagens do perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2020, na rede social Instagram classificadas em unidades de análise tradutoras da comunicação pública e submetidas à categoria religiosidade, durante 18 meses, de 1º de janeiro de 2019 e 30 de junho de 2020, o primeiro período de governabilidade. O centro do artigo reúne a postagem do ex-presidente, no Instagram, classificando-a em grupos temáticos (temas sobre democracia e temas sensíveis) e as relações destes com o interesse público, para associá-los à religiosidade entendida como elemento desequilibrador do estado democrático, na medida em que é capaz de interferir em políticas públicas, mesmo no estado laico brasileiro, assim definido pela Constituição.

A organização do artigo abrange questões teóricas relacionadas à democracia, comunicação, religião e introduz a questão do populismo associada à moralidade religiosa visando a contraposição entre interesse público e interesses privados.

2 DEMOCRACIA, POPULISMO, COMUNICAÇÃO

A democracia está estruturada sobre o interesse público, as relações sociais e a comunicação entre os poderes e a sociedade. O debate contemporâneo sobre a crise das democracias inclui, portanto, o tensionamento entre interesse públicos e privados provocado tanto pela dependência entre a política e o mercado, quanto por princípios religiosos e morais que permeiam política públicas. Bobbio (2007) aborda a dicotomia entre público e privado e ressalta que, assim como a família, a relação entre Deus e os homens, embora esteja inserida na esfera privada, difere das relações de igualdade

estabelecidas nessa esfera, principalmente pelo mercado, e constitui uma sociedade de desiguais, à semelhança da relação entre governo e governados, ou de “detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência” (Bobbio, 2007, p.16). O autor esclarece que as duas dicotomias não são superpostas. A família, por exemplo, é reconduzida à esfera privada e lá superada pela sociedade e pelo governo. Da mesma forma, a relação entre Deus e os homens, institucionalizada na estrutura das religiões, apesar de desigual, também faz parte da esfera privada e é superada pela sociedade e pelo Estado. O chamado primado do público sobre o privado diz respeito à concepção de que o interesse individual deve ser subordinado – e, quando necessário, suprimido – ao interesse coletivo e à irredutibilidade do bem comum diante das somas dos bens individuais (Bobbio, 2007). Na prática, o primado do público significa maior intervenção estatal na regulação das relações privadas, em uma reação à visão liberal do Estado e à derrota do Estado mínimo, formando o que é chamado por Bobbio (2007) de publicização do privado e a privatização do público.

As organizações religiosas em articulação por apoio e poder dentro do próprio sistema democrático também se caracterizam por promover a privatização do público, deslocando, novamente, os interesses religiosos para o sistema estatal, em uma subversão do Estado laico. “O direito privado toma a dianteira sobre o direito público e está prevaricando da esfera inferior sobre a superior revelaria um processo em curso de degeneração do Estado” conforme afirma Bobbio (2007, p. 27).

Democracia e crise são dois conceitos que vêm sendo explorados sob diferentes perspectivas teóricas e pesquisadores (Dryzek, 2000; Gomes, 2018; Levitsky e Ziblat, 2018; Mendonça e Filgueiras, 2016; Miguel, 2017; Rosanvallon, 2006; Zizek, 2012), que permitem identificar novas configurações políticas, ideológicas, econômicas, tecnológicas, culturais e comunicacionais, relacionadas à complexidade das democracias. Novas configurações apontam para a vulnerabilidade dos regimes democráticos com a proximidade de autoritarismos; personalização da governança; valorização do interesse privado sobre o interesse público; redução do debate público;

supremacia da comunicação digital e redução da comunicação pública. O ingresso da variável religiosidade, portanto, mesmo que pareça anacrônico, torna-se importante porque permite relacionar democracia à ascensão facilitada do populismo em mídias digitais devido à comunicação direta e passional.

Relacionar comunicação pública e democracia significa retomar os princípios da esfera pública habermasiana (1997), essencial ao desenvolvimento de vínculos entre a sociedade e o estado, através do debate público com a racionalidade possível da comunicação. Sobre a crise da democracia, importa a análise de Levitsky e Ziblatt (2018, p.33) sobre “como as democracias morrem”, onde ressaltam o comportamento autoritário como um dos mais importantes indicadores desse processo, especificamente: “rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); negação da legitimidade dos oponentes políticos; tolerância ou encorajamento à violência e propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.” Sob outra perspectiva, teórica, Rosanvallon (2006, p.18) introduz o termo “contrademocracia”, através de dimensões constituídas a partir de ações institucionais ou particulares capazes de provocar a desconfiança. Discorre sobre uma espécie de “entropia representativa” entre eleitos e eleitores que desqualifica o processo de representação, além da multiplicação dos poderes de vigilância e a judicialização da política. Em obra posterior, este autor introduz o populismo como substancial elemento de mudanças para a política do século XXI. Rosanvallon (2020) define a “anatomia do populismo moderno” através de cinco elementos, especificamente: a concepção de povo como “nós X eles”; a teoria da democracia direta, polarizada e imediata; o homem-povo como modelo de representação; o nacional-protecionismo como filosofia e política da economia, e o regime de paixões e emoções que tem sido a base histórica de populismos e fascismos.

Na perspectiva de Rosanvallon, o discurso religioso torna-se importante aliado do populismo, na medida em que é capaz de acionar emoções vinculadas a uma espécie de “ressentimento democrático” e a “emoção intelectual” sobre informação

e desinformação, com a manipulação dos sentimentos de opacidade e impotência pública. Na lógica populista, Rosanvallon (2020) ressalta que a palavra “povo” adquire duplo sentido, resumindo a ideia de certa grandeza moral, e justifica o ódio, definindo o adversário como inimigo. Nesta direção, a aclamação popular é desejada, ao mesmo tempo em que são criticadas as “ilusões” do ideal liberal-representativo e o papel dos meios de comunicação que são submetidos à desqualificação e ao descrédito. Rosanvallon (2020, p.17) ressalta que as visões conspiratórias foram facilitadas pela internet e a disponibilidade ininterrupta de informações propicia que num caos informacional, os dados objetivos “coexistam com simples opiniões e rumores, que, via de regra, são transmitidos por grupos sociais menos instruídos que encontram, assim, uma maneira de orientar-se no mundo.”

Pode-se falar em novo populismo que abre caminho à persuasão, ao facilitar a explicação sobre a realidade e tergiversar sobre a verdade, cada vez com menos mediações do aparato midiático e institucional. O viés populista identificado nas democracias contemporâneas torna mais complexas as análises sobre a teoria democrática, devido, também, à relevância dos aparatos digitais comunicacionais que facilitam a comunicação direta entre governante-governados, bem como limitam o debate público e afrontam, assim, a comunicação pública.

3 PODER, POLÍTICA E RELIGIÃO

O poder do divino, da magia, do misticismo e do esoterismo reside, na espiritualidade humana, no funcionamento das religiões e, portanto, numa tessitura de significados e símbolos que formam um poderoso e autônomo “sistema simbólico”, define Pierre Bourdieu (2011, p.30), formado por “veículos de poder e de política”. O autor ressalta que as produções simbólicas são “instrumentos de dominação” e porquanto estão relacionadas a interesses da classe dominante, apresentadas como interesses universais. A religião é um “sistema simbólico” e para Bourdieu (1992, p.11), esse sistema é estruturante da sociedade e instrumento de construção do mundo,

sendo que as “funções sociais tendem sempre a se transformar em funções políticas [...] na medida em que as divisões efetuadas pela ideologia religiosa vêm recobrir (no duplo sentido do termo) as divisões sociais em grupos ou classes concorrentes ou antagônicas”. Sob esta perspectiva a relação entre o campo religioso e o campo do poder reside no fato de que a legitimação da ordem estabelecida pela manutenção da ordem simbólica contribui para a manutenção da ordem política, conforme analisa Bourdieu (1992, p.28), sobre o poder simbólico da fé:

A primeira tradição trata a religião como uma língua, ou seja, ao mesmo tempo enquanto um instrumento de *comunicação* e enquanto um instrumento de *conhecimento*, ou melhor, enquanto um *veículo simbólico a um tempo estruturado* (e portanto, passível de uma análise estrutural) e *estruturante*, e a encara enquanto condição de possibilidade desta forma primordial de consenso que constitui o acordo quanto ao sentido dos signos e quanto ao sentido do mundo que os primeiros permitem construir.

Para a elaboração teórica da perspectiva religiosa como sistema simbólico, Bourdieu retoma Lévi-Strauss (sobre a eficácia simbólica e a escrita); Marx (sobre conservação da ordem social); Weber (a relação entre religião, urbanização, desenvolvimento e o trabalho) e retoma a “hipótese” de Durkheim sobre “a gênese social dos esquemas de pensamento, de percepção, de apreciação, e de ação, e o fato da divisão em classes”. Bourdieu (2011, p.2) evidencia também, “as funções políticas que a religião cumpre em favor das diferentes classes sociais de uma determinada formação social, em virtude de sua eficácia propriamente simbólica”. As relações e efeitos entre dominantes e dominados através do sistema simbólico entendido como “ideologia religiosa”, segundo Bourdieu (2011, p. 46) somente exercem “efeito propriamente religioso de mobilização [...] na medida em que o interesse político que a determina e a sustenta subsiste dissimulado em face tanto daqueles que a produzem como daqueles que a recebem, a crença na eficácia simbólica das práticas e representações religiosas”.

Citado e analisado por Bourdieu, o sociólogo Max Weber se dedicou às relações entre a ética, o protestantismo e o capitalismo, a partir da influência da religião na

vida dos indivíduos e na organização da sociedade. O “desencantamento do mundo” de Weber sustenta sua obra seminal onde situa o desenvolvimento do capitalismo e do protestantismo relacionando o trabalho à ordem divina. Para o autor, o poder da religião é funcional ao capitalismo, à urbanização e ao ordenamento de classes a partir da Reforma Protestante, empreendida por Lutero em 1517. Ao estabelecer relações entre os mecanismos de poder, a estrutura social, a economia e a religião enquanto prática social discursiva, é possível identificar um sistema simbólico dominante. Para Weber (2000, p.279) “a ação ou pensamento religioso ou “mágico” não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica”.

A modernidade trouxe as democracias, autoritarismos e o estado laico, mas nem os regimes comunistas conseguiram extirpar totalmente a religiosidade entendida como o “ópio do povo”¹. Lowy (2006, p.299) afirma que foi na obra A Ideologia Alemã (Marx, 1846), que “o característico estudo marxista da religião como uma realidade social e histórica começou” e a religião é entendida como “uma das diversas formas de ideologia – ou seja, da produção espiritual de um povo, da produção de ideias, representações e consciência, necessariamente condicionadas pela produção material e as correspondentes relações sociais”. À solidificação do regime capitalista se contrapõem as revoluções socialistas, estabelecendo uma divisão política do mundo, entre concepções distintas sobre o capital, o trabalho, os direitos humanos e processos de dominação. O poder das religiões vinculadas a regimes políticos foi desafiado tanto pelas constituições democráticas quanto pelos regimes comunistas.

Marxismo cultural e moralidade religiosa

Para este artigo, importa, também, o conceito “marxismo cultural” que demarca uma cruzada moral-religiosa e conservadora usada em diferentes manifestações

¹ Michael Löwy (2006, p.299) afirma que a expressão “a religião é o ópio do povo”, atribuída a Marx (em seu artigo “Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1844)”), já fora utilizada nos “escritos de I. Kant, J. G. Herder, L. Feuerbach, B. Bauer, M. Hess e H. Heine”.

discursivas de cunho político-religioso e suas marcas podem ser encontradas nos discursos populistas de políticos e governantes, no Brasil. Silva (2018) destaca a batalha de oposição de valores morais e sistemas de crenças em temas como aborto, separação entre Igreja e Estado, homossexualidade e financiamento das artes. O “marxismo cultural” é contraposto à ordem natural da sociedade desenvolvida, a partir do entendimento de que o “marxismo soviético” seria substituído por um “marxismo ocidental”, que faria uma correção política por meio da tese do multiculturalismo. No Brasil, Olavo de Carvalho² (2002), “ideólogo” da direita e dos neopentecostais, introduziu esse conceito, associando-o à corrupção na educação. O termo circula nas redes sociais por meio dos simpatizantes da direita, igrejas cristãs保守adoras, sobretudo, neopentecostais. Os defensores do conceito “marxismo cultural” afirmam que as ideias de Marx teriam sido cruzadas com Freud para naturalizar a homossexualidade. Esses e outros disparates teóricos são associados à Escola de Frankfurt como comprovação de um plano para acabar com a cultura ocidental, conforme ressalta Silva (2018, p.120). Tendo como bandeira esse insólito conceito, as religiões, especialmente neopentecostais, assumem seu papel de guardiã da ordem e da moral social para reforçar a existência do marxismo cultural associado à desordem política e social.

A moralidade conservadora, em oposição ao “marxismo cultural”, está centrada na família tradicional como célula master da sociedade e relacionada à defesa da propriedade privada a partir da herança. A defesa destes princípios é cara, especialmente ao segmento evangélico e neopentecostal, através da pregação de pastores sobre a moral religiosa, para entender a família, o gênero e a sexualidade. Essa tríade conforma o ponto central sobre religiosidade e comportamento e pastores e líderes religiosos baseiam suas interpretações em passagens bíblicas. A título de exemplo, a composição da família é abordada na epístola de Efésios (N.T. (ef. E:23); a regulação da sexualidade é um dos temas da Carta aos Coríntios (N.T., Cor. 7:9), e a

² Olavo de Carvalho usou o termo em artigo homônimo no jornal *O Globo* e na sua obra *A Nova Era e a Revolução Cultural* (1994)

homossexualidade é condenada em Levítico (A. T., Lev. 18:22). A religiosidade fixa o limite da moral e de comportamentos sendo que a proximidade ao debate civilizatório existente na contemporaneidade é entendida como ameaça à vontade divina e relacionado ao mal.

A democracia brasileira e a religião

Os princípios religiosos não podem ser conflitantes com os princípios republicanos e, por isso, o Estado laico nasce com a República obediente ao princípio da secularização da sociedade e garantia da liberdade religiosa. No Brasil, a laicidade do Estado existe desde a proclamação da República (1889) e foi ratificada pelo artigo 5º da atual constituição brasileira, promulgada em 1988 que registra: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias”. O artigo 19 define complementa: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: – estabelecer cultos religiosos ou Igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (BRASIL,1988). Mesmo assim, o preâmbulo da Constituição faz menção a Deus e Gabriel (2018) destaca que a religião está arraigada fortemente nas heranças culturais brasileiras e faz parte da vida de 92% dos brasileiros. Os cristãos, entre católicos e evangélicos, representam 87% da população, de modo que os próprios ocupantes dos cargos públicos seguem alguma religião e, não raras vezes, são representantes de denominações religiosas, eleitos pelos fiéis de determinada Igreja. E, assim, pleiteiam abertamente o reconhecimento, e até mesmo a imposição, de suas crenças em decisões que afetam toda a sociedade.

A religião católica e a política brasileira no Brasil possuem uma história de sólidos vínculos históricos, na cultura, arquitetura e educação. No entanto, o Brasil assiste ao crescimento do pentecostalismo e à ocupação de espaços políticos e midiáticos por

parte desses religiosos. Interessa ao trabalho, a presença dos evangélicos no estado brasileiro e as marcas da sua ideologia no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro. A propaganda eleitoral de 2018 e as manifestações de Bolsonaro nas redes digitais já indicavam a moralidade religiosa da comparação de sua honestidade à corrupção petista e nomeando os inimigos PT (Partido dos Trabalhadores), Lula ou Dilma Rousseff, já bem delineados pelo sistema midiático tradicional. Assim, o cenário foi propício para que ressaltasse sua missão mítica como o ungido para salvar o Brasil. Bolsonaro fez este percurso participando de cultos evangélicos, recebendo apoio da Confederação de Pastores do Brasil (CPB), da Frente Parlamentar Evangélica (203 congressistas), de lideranças igrejas evangélicas como Igreja Mundial do Poder de Deus, com mais de 300 mil fiéis.³

A entrada da religião na esfera de visibilidade pública midiática é um marco para a influência religiosa na política, na disputa por influência na esfera pública, e nas decisões políticas, com a ampliação da comunicação e da visibilidade das Igrejas. Segundo a lógica, evangelização é sinônimo de midiatização e assim esse segmento tem obtido concessões públicas de rádio e TV. Como afirma Fonteles (2007, p.6), a raiz dessa relação entre religião midiática e política remonta ao apoio das Igrejas à ditadura militar já que “o discurso dos programas religiosos vem enaltecer o espírito cívico, da ordem, da família e do serviço religioso, necessário para formar uma característica comportamental neste indivíduo: a passividade”⁴. Após 30 anos de atuação evangélica na política brasileira, Camurça (2020) identifica três fases dessa coalizão religiosa: apoio à eleição de Fernando Collor (1989); apoio aos governos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016), a partir de sua aliança com o PMDB, e apoio ao impeachment da

³ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 (último censo), os evangélicos (segmento que inclui pentecostais e neopentecostais) correspondiam a 22% da população e ainda 69% eram católicos. Em 2020, o Instituto Datafolha realizou pesquisa referente à religião no país sendo que o percentual de evangélicos atingia 30%.

⁴ Em 2018, 21% da grade televisiva brasileira era destinada à religião sendo que a emissora campeã neste gênero é a Rede TV! com 43% da programação seguida pela Record TV (21%), de Edir Macedo, bispo da IURD; a Band (16%); a TV Brasil (1,66%) e a Globo com 0,58%. Entre os 50 veículos de maior audiência no país, nove são de propriedade de grupos religiosos, afirma Bandeira (2018).

presidenta Dilma Rousseff. Em sequência, apoio a Michel Temer (2016-2018) e à eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022). Enquanto o espectro político e os governos mudam, permanecem os atores religiosos nas franjas do poder e a ampliação da moralidade religiosa na governança brasileira foi reforçada em 2020 com a Frente Parlamentar Evangélica - FPE formada por parlamentares de 24 partidos que, em votações sobre temas sensíveis, seguem a orientação da FPE e não dos partidos.

A religião esteve presente na carreira política de Bolsonaro desde sua primeira eleição, quando se candidatou pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Sua aproximação com a Igreja evangélica neopentecostal inicia em 2013, com o seu casamento com Michelle Bolsonaro. Em 2016 foi batizado no Rio Jordão, em Israel, como parte do ritual evangélico. Com Jair Bolsonaro, o Brasil foi colocado num cenário ambíguo com o crescimento do conservadorismo e do negacionismo e, simultaneamente, o fortalecimento da tecnologia das redes sociais e produção de fake news.

4 A METODOLOGIA: ENTRE OS TEMAS E O VIÉS MORALISTA RELIGIOSO

A análise da comunicação do ex-presidente Jair Bolsonaro no Instagram permitiu identificar as diferentes perspectivas teóricas trazidas ao artigo, ou seja, aspectos do populismo, da religiosidade, do conservadorismo e do moralismo próprio dos evangélicos que incidem também em políticas públicas e na constituição do seu governo. Torna-se relevante, portanto, identificar quais os aspectos da religião estão presentes na comunicação do ex-presidente, considerando que esta religiosidade indica a intervenção privada na comunicação pública do governo, conforme pesquisa extensa de Pinheiro (2021).⁵

O locus de pesquisa foi circunscrito ao Instagram com o perfil de Jair Bolsonaro, já que é o canal de comunicação preferencial do ex-presidente, com mais alcance e engajamento – cerca de 22 milhões de seguidores e 5,7% de engajamento médio

⁵ Pesquisa realizada para a dissertação “Intervenções privadas na comunicação pública do governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos” (Pinheiro, Muriel, 2021 – PPGCOM/UFRGS).

nas publicações, no período da análise. O corpus da análise foi constituído por 1225 postagens selecionadas de um universo de 2096 publicações, durante 18 meses (01/01/2019 a 30/06/2020). Este período abrange o primeiro ano de governo e os primeiros meses da pandemia de Covid- 19, que desequilibrou a ordem política mundial e, portanto, exigiu ações em prol do interesse público. Para este artigo foi realizado o recorte de postagens sobre a incidência da religiosidade sobre temas políticos e temas sensíveis.

O mapeamento dos conteúdos dos posts foi realizado após pesquisa exploratória e obedeceu aos seguintes procedimentos metodológicos: definição de unidades decorrentes da categorias de análise *religiosidade*, de acordo com o referencial teórico; escolha dos grupos temáticos (*temas políticos* e *temas sensíveis*), correspondentes à relação entre democracia e interesse público; classificação de posts, codificação de temas e atribuição de valores, de acordo com as categorias, com o respectivo cruzamento. De caráter quanti-qualitativo, a pesquisa foi realizada com o rigor metodológico permitido pelo programa *New NVivo*, da *QSR International*, sendo que o desdobramento dos grupos temáticos, com os respectivos temas e justificativas constam do caderno de códigos da pesquisa⁶.

Religiosidade, a categoria de análise

A religiosidade como sistema simbólico feito de fé e instituições de poder permeia as mais diferentes culturas sob diferentes formatos, crenças e rituais, como registra a história. Sob esta perspectiva, a *religiosidade* é a categoria de análise que permite identificar a presença de marcas, símbolos e referências religiosas associados a temas de interesse público pelo ex-presidente Bolsonaro, conforme referência no Quadro 1.

⁶ livro De Códigos disponível em: Pinheiro, M. F. Intervenções privadas na comunicação pública do Governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos. PPGCOM/UFRGS (dissertação de mestrado). 2021.

Quadro 1 – A categoria “Religiosidade”

MENÇÕES À RELIGIOSIDADE	
DIVINDADES	Deus, Jesus Cristo, Espírito Santo, santos
AUTORIDADES E INSTITUIÇÕES	Pastores, padres, lideranças religiosas, políticos religiosos, igrejas, templos, organizações religiosas.
RITUAIS E EVENTOS	Cultos, missas, ação de graças, eventos em igrejas e templos, eventos de cunho religioso.
SÍMBOLOS	Cruz, terço, bíblia, imagens de santos, textos sagrados e referência mística.

Fonte: Pinheiro (2021)

A associação da religiosidade a temas de interesse público (democracia e temas sensíveis) e às relações político-sociais, mencionadas pelo ex-presidente Bolsonaro no Instagram, permite identificar as pistas de uma “moralidade religiosa” que contraria irresponsavelmente as características de um estado laico e pode indicar a possível inversão de valores na definição de políticas públicas.

Grupos temáticos e temas

Após a pesquisa exploratória, os conteúdos foram sintetizados em temas e combinados em grupos temáticos, considerando a proximidade da religiosidade com conceitos caros à democracia, ao interesse público e à política⁷. No Quadro 2, identificamos o grupo temático “Interesse Público e Democracia” que reúne temas da política em Governança, Políticas Públicas e Temas Políticos.

⁷ Caderno de códigos da pesquisa o “Intervenções privadas na comunicação pública do governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos” (Pinheiro, Muriel, 2021 – PPGCOM/UFRGS)

Quadro 2 – Grupo temático “Interesse Público e Democracia”

Temas da Política	
GOVERNANÇA	Brasil
	Presidência da República
	Forças de Segurança
	Efemérides
POLÍTICAS PÚBLICAS	Saúde – epidemia
	Comportamento e Direitos humanos
	Cultura
	Educação – ciência
	Justiça e segurança
TEMAS POLÍTICOS	Meio Ambiente
	Ideologia
	Mídias Sociais – Internet
	Notícias Falsas
	Corrupção
	Eleições

Fonte: Pinheiro (2021)

No Quadro 3, o grupo temático “interesse Público e Temas Sensíveis” com os temas relacionados ao comportamento social e a temas controversos, especialmente, Infância e Família, Identidade Sexual e Mulher.

Quadro 3 – Grupo temático “Interesse Público e Temas Sensíveis”

Temas Sensíveis	
INFÂNCIA E FAMÍLIA	Família múltipla
	Família tradicional
	Crianças
	Doutrinação nas escolas
	Exploração sexual
	Referência à família
IDENTIDADE SEXUAL	Diversidade
	Homofobia
	Sexualidade
	Travestis - transsexuais - homossexuais
MULHER	Aborto
	Gravidez na adolescência
	Amamentação
	Estupro
	Menções à mulher
	Violência doméstica

Fonte: Pinheiro (2021)

Esses temas e respectivos desdobramentos foram codificados, classificados e analisados a partir da submissão à categoria *Religiosidade*.

5 A LEITURA DAS POSTAGENS DE JAIR BOLSONARO, NO INSTAGRAM

Na análise de 1225 postagens no Instagram, identificamos 123 referências diretamente relacionadas à religiosidade, correspondentes a 10% do total de postagens

analisadas. Nestes 123 posts, foram classificadas 159 menções que incluíam referências a elementos religiosos, o que significa que, em uma mesma postagem, o ex-presidente se refere a diferentes aspectos religiosos. Se compararmos, por exemplo, com outros temas de interesse público é possível classificar apenas 87 postagens do ex-presidente sobre *educação* e *ciência*, ou seja, pouco mais de 7%.⁸

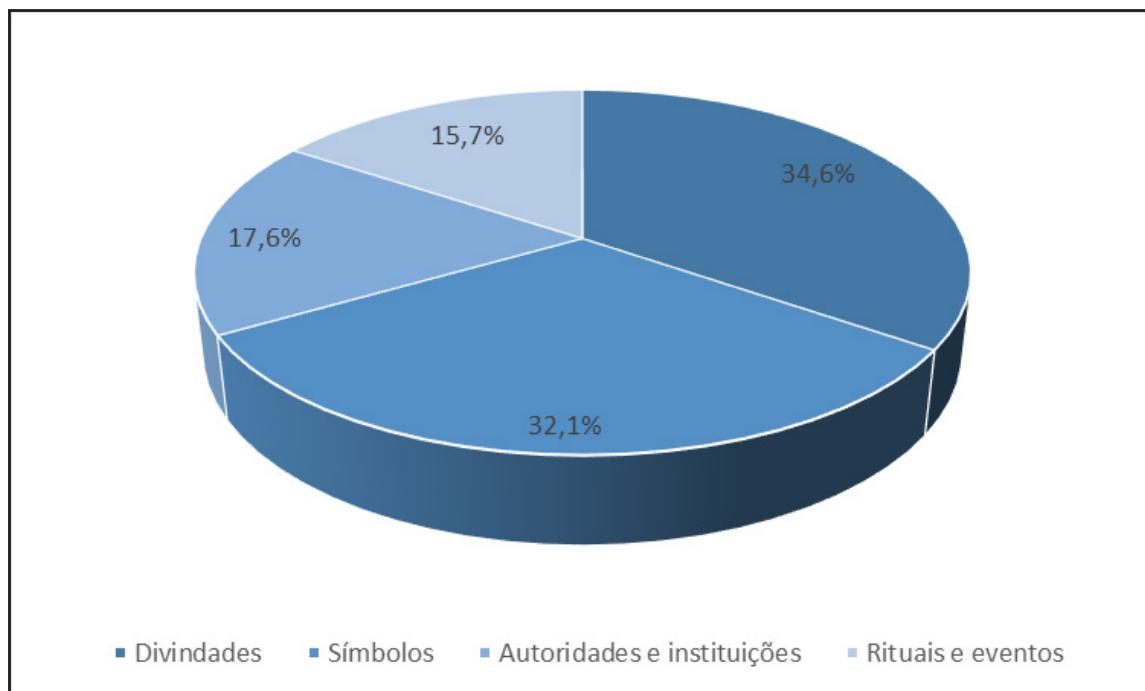
Para fins de organização, a classificação e análise dos grupos temáticos e respectivos temas vinculados a menções religiosas nas postagens do ex-presidente Jair Bolsonaro, no Instagram obedece à seguinte ordenação: (a) identificação e classificação da categoria “Religiosidade” nos 123 posts analisados (Quadro 1); (b) classificação de temas de interesse público do grupo temático “Interesse Público e Democracia” (Quadro 2); (c) identificação da religiosidade em temas do grupo temático “Interesse Público e Democracia” (Quadros 1 e 2), (d) classificação de temas do grupo temático “Interesse Público e Temas sensíveis” (Quadro 3), e (e) identificação da religiosidade em temas do grupo temático “Interesse Público e Temas sensíveis” (Quadros 2 e 3).

(a) A religiosidade em temas de interesse público em posts de Bolsonaro

As menções religiosas somam 159 ocorrências sendo que destas, as referências a *Divindades* (*Deus, Jesus Cristo e outras divindades*) permeiam as postagens e em religião, num total de 55 ocorrências. Em seguida, aparecem os Símbolos (versículos bíblicos, imagens de cruzes, evangelhos, etc.) com 51 ocorrências. A presença de Igrejas e pastores, padres, lideranças do segmento, referentes ao subtema *Autoridades e Instituições*, totalizam 28 codificações, seguidas pela divulgação de cultos, missas e outros eventos e rituais religiosos que correspondem a 15,7% (Gráfico 1).

⁸ Conforme resultados apresentados por Pinheiro (2021).

Gráfico 1 – A religiosidade nos posts do ex-presidente Bolsonaro



Fonte: Pinheiro (2021)

As menções a Deus e a Jesus Cristo, na maioria das vezes, ocupam a função de lembrança da postura religiosa do então presidente, mesmo sobre temas de outra natureza. Deus aparece no bordão presidencial, publicado como legenda única com uma foto ou após um texto a respeito de outro tema. Outra situação recorrente em que Bolsonaro utiliza a expressão Deus é para invocar a benção de Deus para a nação, após a abordagem de um tema de interesse público. Apresentamos um exemplo da perspectiva divina nas postagens do então presidente, independentemente da situação ou tema. Na Imagem 1, o ex-presidente credita a Deus a sua recuperação do atentado à faca, em Juiz de Fora (MG), 2018) e afirma ter sido Deus quem lhe atribuiu a missão de comandar o Brasil. Bolsonaro invoca a chancela divina para impor a sua autoridade como presidente (à época), na seguinte legenda: “TODOS NÓS TEMOS OS NOSSOS LIMITES e acrescenta: “sou Presidente porque a maioria do povo confiou em mim. Assim como estou vivo porque Deus assim o permitiu”:

Figura 1 – Postagem sobre a proteção e a missão divina do presidente



Fonte: Bolsonaro (2019)⁹

A presença de *religiosidade* nas postagens de Instagram demonstra que a mesma pode ser associada a qualquer tema. A referência a *divindades* é constante em seu discurso e sugere a que seus atos têm a chancela divina. A presença do *texto bíblico* nas postagens atua de modo a legitimar sua narrativa, mas não em perspectiva histórica ou racional, mas para justificar determinados valores da vida dos cristãos.

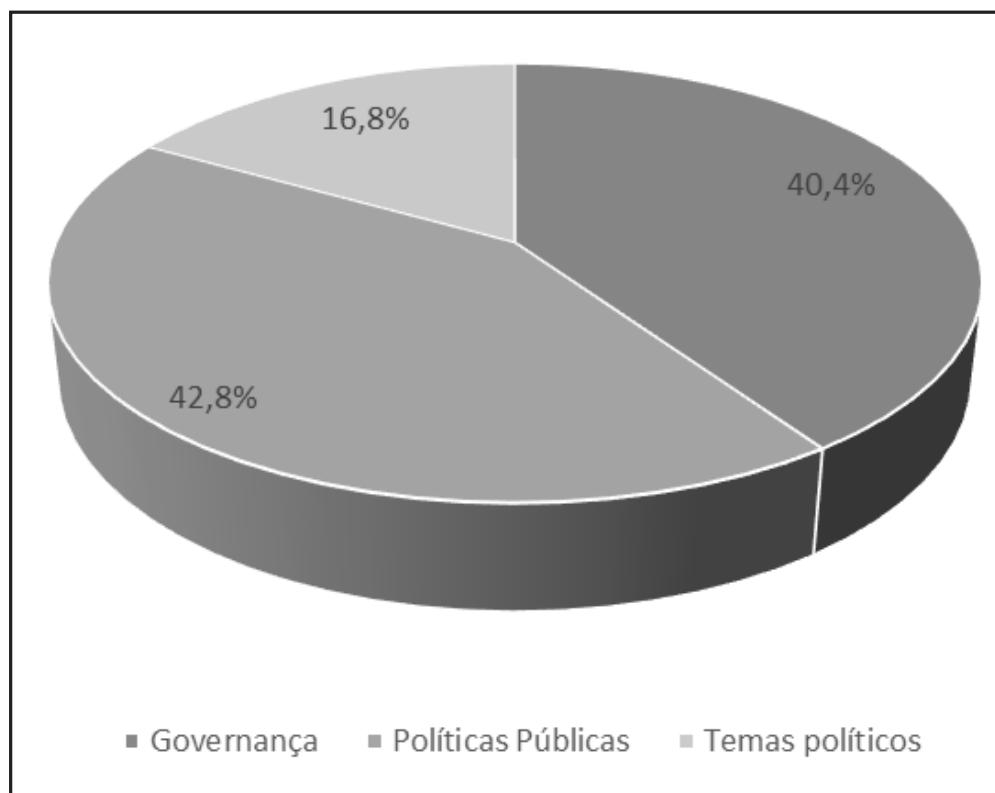
(b) *Classificação de temas do grupo temático “Interesse Público e democracia”*,

Os temas de interesse público do grupo “Interesse Público e democracia” abrangem três níveis: Governança (Brasil, Presidência da República, Força de Segurança e Efemérides), Políticas Públicas (Saúde-Epidemia, Comportamento e Direitos Humanos, Cultura, Justiça e Segurança, Educação – Ciência e Meio ambiente) e Temas políticos (Ideologia, Mídias Sociais – Internet, Notícias Falsas, Corrupção, Eleições),

⁹ Bolsonaro, 2019. Todos nós temos os nossos limites. Instagram: jairmessiasbolsonaro. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_V6OVOn_6p/. Acesso em: 20 maio 2020

conforme explicita o Quadro 1. A seguir apresentamos o percentual de ocorrências desses temas imanentes a qualquer discurso de autoridades em uma democracia. Em 1225 postagens analisadas, identificamos 1480 ocorrências sobre temas de interesse público e democracia, conforme o Gráfico 2:

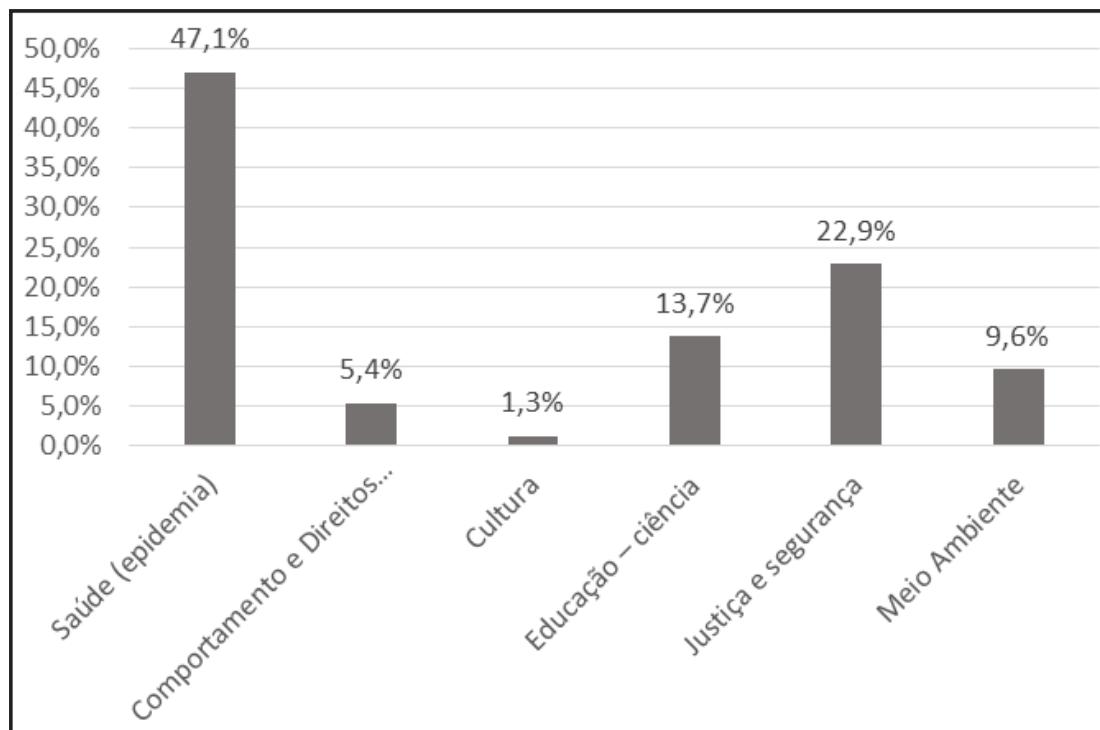
Gráfico 2 – A ocorrência de temas de Interesse público e Democracia



Fonte: Pinheiro (2021)

As ocorrências sobre *Políticas Públicas* atingem 42,8%, próximas à *Governança* (40,8%), tendo sido identificados seis subgrupos: *Saúde (epidemia)*, *Comportamento e direitos humanos*, *Cultura*, *Educação - ciência*, *Justiça e Segurança* e *Meio Ambiente*. Em *Saúde*, consideramos apenas os assuntos relacionados à pandemia do novo coronavírus, tema que dominou as comunicações do governo, durante parte do período analisado, de acordo com o Gráfico 3:

Gráfico 3 – A ocorrência de temas do grupo Políticas Públicas



Fonte: Pinheiro (2021)

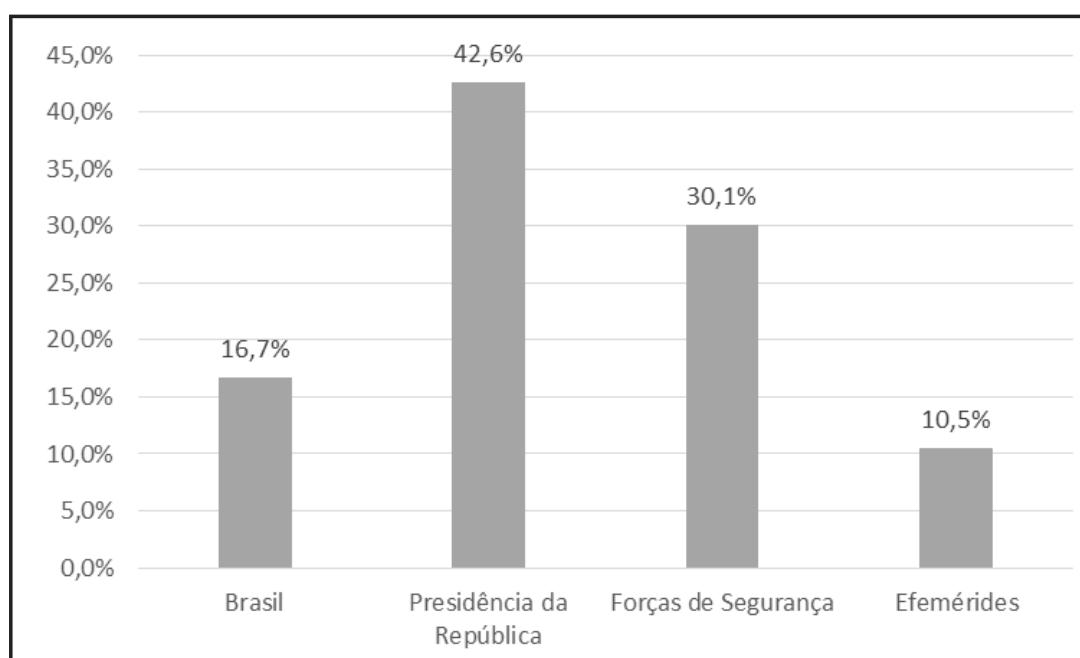
O tema da pandemia surgiu nos últimos seis meses do período analisado, mas representou quase a metade das ocorrências nas políticas públicas selecionadas para esta pesquisa, devido à gravidade e relevância da questão no cenário nacional e mundial. O total de 34% das ocorrências relacionaram-se a Ações de combate ao coronavírus, cumprindo o papel da comunicação pública do governo de publicizar suas ações. Logo em seguida, aparecem os temas da Questão econômica, em que o então presidente defende a reabertura da economia, com 12,8%; a Cloroquina com 9,5% das referências, medicamento indicado pelo ex-presidente para o tratamento da Covid 19, mesmo sem comprovação científica, e aos Protocolos Sanitários, quando ele critica o uso de máscaras, atingindo 7,7% do total. Esses temas juntos ocupam quase o mesmo espaço que o tema Ações de combate ao coronavírus e somam 30% das ocorrências.

Esses percentuais evidenciam como o Instagram do ex-presidente foi estratégico para mesclar temas de interesse público e a abordagem privada, sem cumprir a função esperada de um presidente em seu canal de comunicação com a sociedade.

No entanto, ocorreu a valorização da comunicação privada, com postagens voltadas aos apoiadores em que reafirmou suas opiniões controversas. No Gráfico 3, sobressai o tema Justiça e Segurança com cerca de 60% a mais de ocorrências do que Educação e Ciência, o que demonstra o posicionamento do ex-presidente e das prioridades do seu governo em relação a políticas públicas.

O Gráfico 4 identifica as referências aos temas do grupo temático *Governança*:

Gráfico 4 – Ocorrências temáticas no grupo Governança



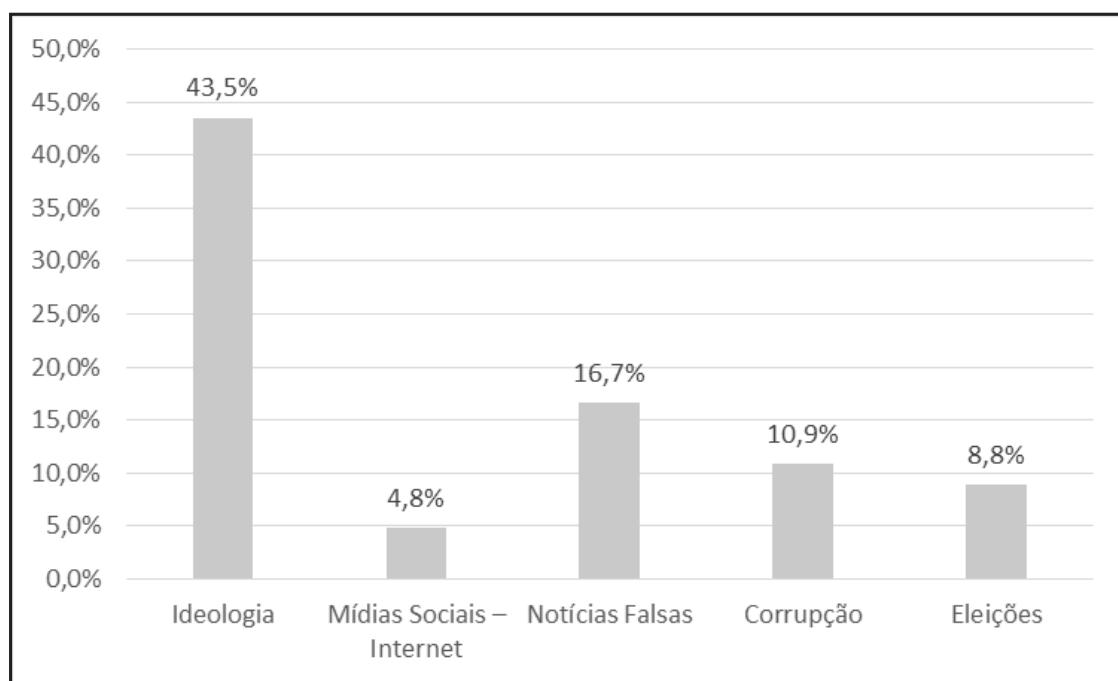
Fonte: Pinheiro (2021)

As citações sobre os temas relacionados à Governança demonstram a autorreferência do então presidente com 42,6%. São momentos em família, em casa, com apoiadores, ocasiões em que ele ocupa a rede social compartilhando a sua vida particular, momentos privados capaz de gerar identificação com a audiência, ao modo popular. Em segundo lugar, o tema mais acionado é Forças de Segurança, quando menciona o exército e as forças policiais, demonstrando a relevância dessas instituições em seu governo. O tema Brasil é abordado através do patriotismo explícito no bordão presidencial (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos), quando evoca o nacionalismo ufanista visando identificar o modo de governar com seus apoiadores.

A predominância do tema Presidência da República caracteriza uma das singularidades das redes sociais utilizadas por políticos: o desaparecimento dos limites entre a vida pública e a vida privada. Ao mesmo tempo em que o então presidente posta ações de governo, ele também compartilha momentos em família, festas, números próprios das suas redes sociais. O fenômeno desequilibra o debate público, na medida em que dissolve a diferença de percepções entre o que é público e o que é privado, afetando a comunicação pública.

Por fim, o Gráfico 5 apresenta as ocorrências de *Temas políticos*, de acordo com os temas do subgrupo:

Gráfico 5 – Ocorrências temáticas no grupo *Temas políticos*



Fonte: Pinheiro (2021)

O tema com maior ocorrência em *Temas Políticos* é a *Ideologia*, com mais de 40% do total. O tema reúne as menções sobre esquerda e direita, comunismo e capitalismo, ditadura, fascismo e democracia. Essas foram questões acionadas pelo então presidente em relação a outros temas, como *Educação e ciência*.

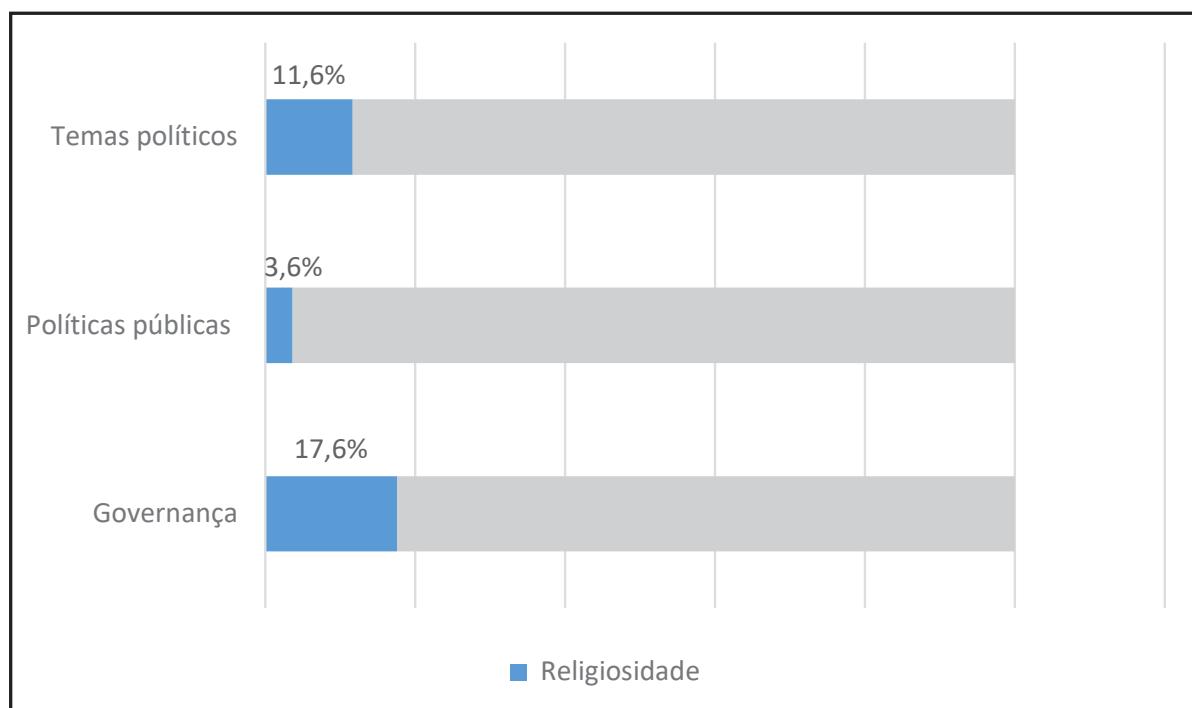
O uso da rede social para reforçar o conflito com a esquerda e se posicionar como representante legítimo da extrema direita no Brasil foi uma constante para

o então presidente. A identificação dos inimigos de Bolsonaro é tecida a partir dos elementos políticos presentes no imaginário coletivo que acionam o medo e o ódio e, por consequência, suscitam a necessidade de um protetor contra os inimigos. O debate público é descaracterizado desta forma, pois a narrativa deslegitima ideias opostas e reforça a polarização, reforçando o papel de um único líder político, orientador do caminho a ser seguido no combate a quem ameaça o projeto e detém a verdade.

(c) Identificação da religiosidade no grupo “Interesse Público e Democracia”

No grupo temático “Interesse Público e Democracia” é o tema *Governança* que reúne o maior número de ocorrências, totalizando 17,6%. Quando associados à religiosidade, em menor proporção com equivalência percentual, estão os temas *Temas Políticos* (11,6%) e *Políticas Públicas* (3,6%), conforme o Gráfico 6:

Gráfico 6 – Religiosidade nos temas de Interesse Público e Democracia



Fonte: Pinheiro (2021)

A força da Religiosidade, portanto, obtém destaque no tema *Governança*, que reúne questões relacionadas à figura do então presidente; aos eventos e protocolos

dos quais participa; ao discurso sobre patriotismo e, também, as referências às Forças de Segurança. Das 598 ocorrências gerais desse grupo temático, 105 estão relacionadas à religiosidade. O grupo Temas Políticos registra a presença de religiosidade em mais de 10% das ocorrências, principalmente quando o então presidente relaciona divindades e símbolos religiosos à luta contra as ideologias de esquerda e às eleições. Políticas Públicas é o grupo com menor percentual de religiosidade em relação ao total de ocorrências do grupo (3,6%). O resultado é previsível, uma vez que esse grupo temático reúne temas de grande interesse público para a população.

O percentual de *Religiosidade* em cada um dos temas dos subgrupos está representado no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Menções religiosas nos temas de Interesse Público e Democracia



Fonte: Pinheiro (2021)

A análise do subgrupo *Governança* identifica *Efemérides* (52,4%) como o tema mais associado à religião devido aos eventos religiosos que o então presidente participava e àqueles promovidos nas dependências do Palácio do Planalto. Em datas comemorativas, foi constante a associação de versículos bíblicos nos discursos de homenagem, como no Dia da Mulher (março, 2019) na postagem do provérbio bíblico: “A mulher sábia edifica o lar” (Provérbios, 1:41). No tema *Brasil* (37%), o *Patriotismo* é o tema mais associado à religião, especificamente 37 das 100 menções, relacionado a

Deus e servindo para ratificar o bordão presidencial, desde a campanha eleitoral: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". No tema Presidência da República, o assunto Atentado reúne o maior número de menções, mesmo que o fato tenha ocorrido durante a campanha em 2018, conforme o post da Imagem 2: "O periodo em que nasci de novo. Agradeço a Deus, pela minha vida e a vocês pelo apoio! Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. BR".

Imagen 2 – Postagem sobre atentado do Presidente e a proteção de Deus



Fonte: Instagram Bolsonaro (2019)¹⁰

O então presidente insistia em atribuir a sua recuperação e a sua vitória à dimensão mágica da *Religiosidade*, argumento respaldado por seguidores da mesma crença. Simbolicamente, Bolsonaro se posicionava como o escolhido, quase um mártir, atribuindo, estrategicamente, a recuperação do atentado à proteção divina.

Em *Temas políticos*, com exceção de mídias sociais (internet), todos os temas ultrapassam o índice de 10% de religiosidade. *Eleições, Corrupção, Notícias Falsas* e *Ideologia* foram temas frequentemente acionados em relação a opositores, que disputaram as eleições, são acusados de corrupção e de espalhar notícias falsas

¹⁰ Bolsonaro, Jair. Foto de quem...Instagram:jairmessiasbolsonaro. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B3Ap1DhKwf/> Acesso em: 20 jan. 2021

devido à vinculação a uma ideologia contrária à do então presidente. Essas temáticas aparecem em um contexto de privatização do público, em que Jair Bolsonaro, a partir do cargo que ocupava, atacou a oposição que discordava de suas políticas e declarações ou denunciava ações impróprias. Conforme verificado, a *Religiosidade* foi utilizada para dar credibilidade às suas afirmações em mais de 10% do total.

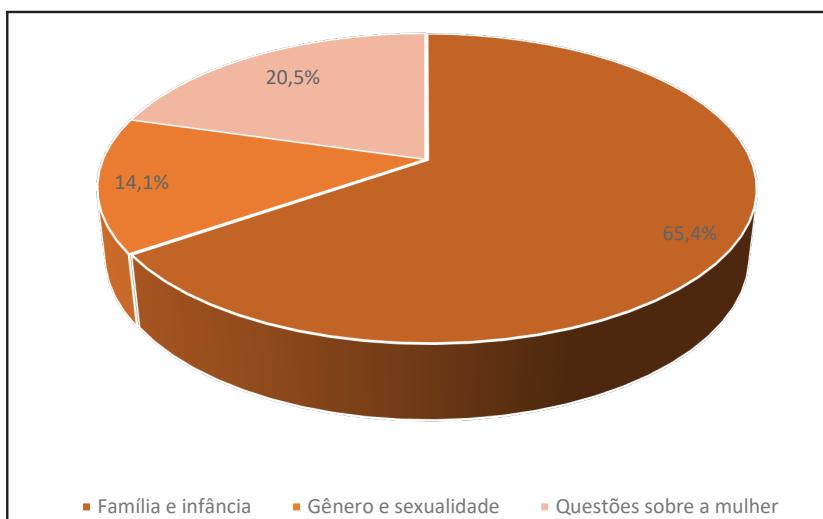
Em *Políticas Públicas*, o maior percentual de *Religiosidade* é registrado em *Comportamento e Direitos Humanos*, obtendo 8,8% do total, ou 3 das 34 ocorrências. O tema político se relaciona com temas sensíveis ligados a questões moralistas e de comportamento, que tangenciam os limites do privado. *Meio Ambiente* está em Segundo lugar em *Religiosidade*, com 6,6% do total.

A *Religiosidade* associada a temas de interesse público reduz a dimensão republicana do governo e amplia a personalização do presidente. Este processo prejudica o debate público e submete questões vitais à sociedade e ao país a justificativas passionais e privadas de foro particular, como é a *Religiosidade*. Ao mesmo tempo, a abordagem religiosa associada ao poder simbólico de um discurso presidencial desqualifica a racionalidade de argumentação.

(d) Classificação de temas do grupo “Interesse Público e Temas sensíveis”

Os *temas sensíveis* definem questões de gênero, família e sexualidade e suscitam, claramente, debates e decisões controversos em qualquer governo. Nas postagens do então presidente totalizaram 78 ocorrências, cerca de 5,4% do total. O Gráfico 6 apresenta a distribuição entre os três grupos de temas analisados, especificamente: *Família e Infância* (Família múltipla, Família tradicional, Crianças, Doutrinação nas escolas, Exploração sexual, Referência à família); *Identidade Sexual* (Diversidade, Homofobia, Sexualidade, Travestis – Trans – Homossexuais), e *Mulher* (Aborto, Gravidez na Adolescência, Amamentação, estupro, menções à mulher, violência doméstica).

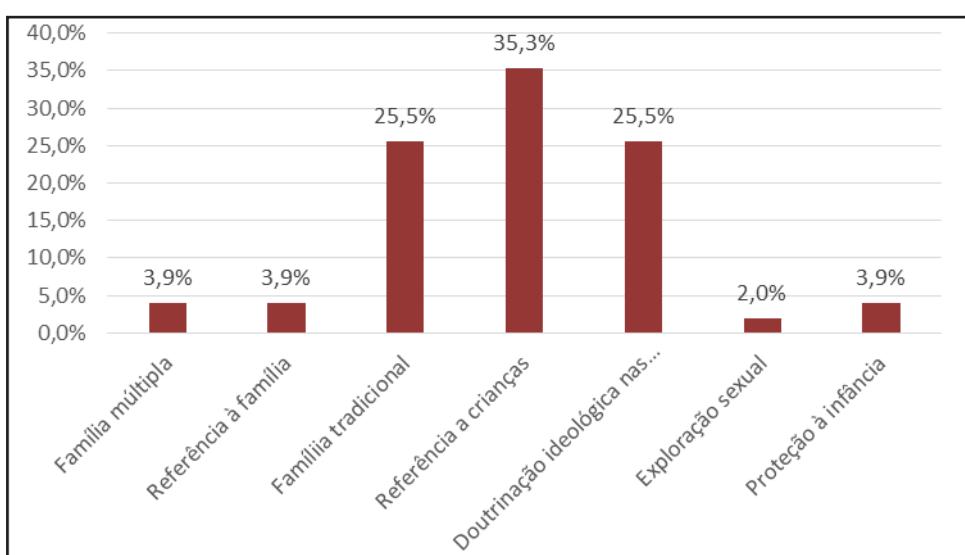
Gráfico 8 – A ocorrência de temas sensíveis



Fonte: Pinheiro (2021)

O tema *Família e Infância* obtém o maior percentual das ocorrências gerais e reafirma a importância da família tradicional, evocando o combate à ideologia de gênero para proteger as crianças e, assim, transformam a dimensão privada da família em tema de interesse público. Nota-se que esta era uma pauta cara ao então presidente, que usou o espaço da sua rede social para reafirmar sua posição em relação a temas de comportamento conservador, ampliando o apoio entre seus seguidores. No Gráfico 9 é possível identificar o percentual de ocorrência de cada subtema de *Família e Infância*:

Gráfico 9 – Ocorrências sobre o tema Família e Infância

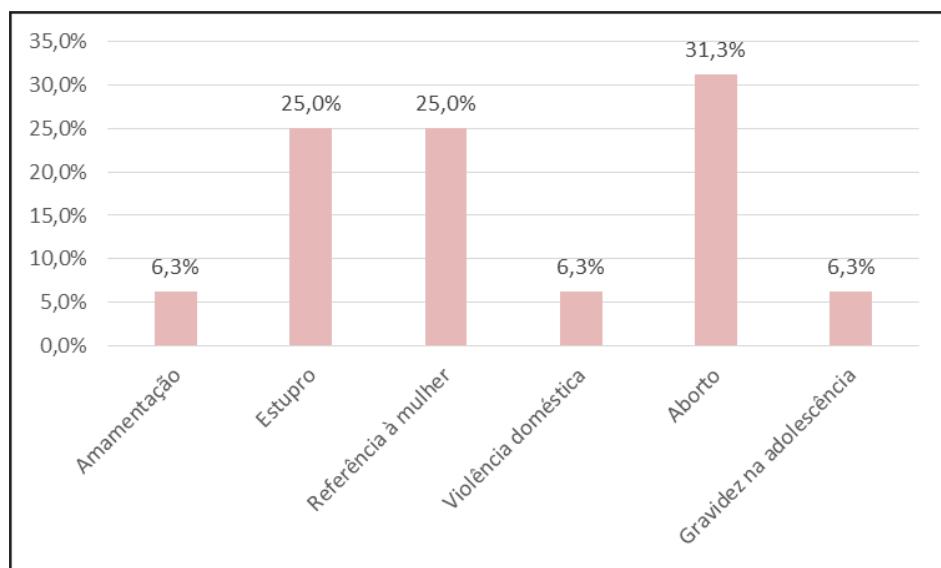


Fonte: Pinheiro (2021)

Família e Infância são temáticas que acionam questões morais, culturais e religiosas, como bem demonstra o gráfico com o maior índice quando associamos a *família tradicional* (25,5%) às *crianças* (35,3%). Essa combinação é motor para as publicações sobre doutrinação ideológica nas escolas (25,5%), que se constituiu em assunto recorrente nas postagens do então presidente. O discurso político conservador utiliza os elementos relacionados ao comportamento para justificar o elo entre a política e a moral da sociedade, principalmente, no que se refere ao combate à chamada *doutrinação ideológica nas escolas como forma de proteção à infância* (3,9%).

Questões sobre a Mulher é o segundo subgrupo de *Interesse público e temas sensíveis* com mais ocorrências, com 16 menções no total, conforme a distribuição percentual entre os temas do grupo representada no Gráfico 10:

Gráfico 10 – Ocorrências sobre Questões da Mulher



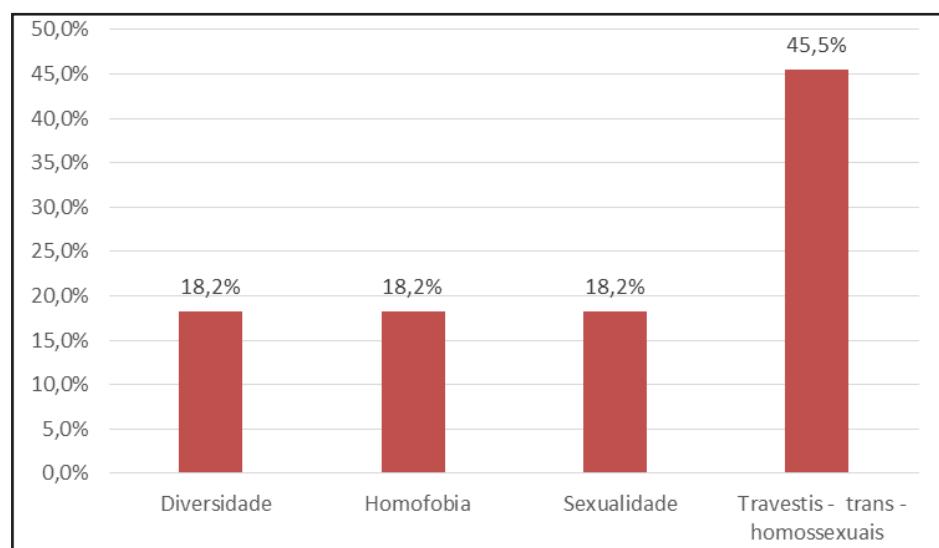
Fonte: Pinheiro (2021)

Entre os temas relacionados à Mulher, o Aborto obteve o maior índice com 31,3% (5 das 16 ocorrências). Estupro e Referência à mulher vieram logo atrás, com 25% cada (4 ocorrências). Estupro foi mencionado dentro das ações do pacote anticrime, pela divulgação do projeto “Banco Nacional dos perfis genéticos”, e ações do Ministério da Família Mulher e Direitos Humanos. Já as Referências à mulher

foram citadas em encontros do então presidente com deputadas e senadoras e nas cerimônias do Dia Internacional da Mulher (2019 e 2020), dentre outras menções. As postagens demonstraram o esforço de Jair Bolsonaro para se aproximar do público feminino, exaltando as ações de combate à violência contra a mulher e, no caso do tema Amamentação, divulgando o projeto encaminhado à Câmara que garantia a amamentação durante concursos públicos. Essa estratégia visava amenizar as notícias de que seu governo reduziu o orçamento de enfrentamento à violência contra a mulher¹¹ e, também, se contrapor às próprias declarações misóginas contra jornalistas. No Instagram, a sua narrativa era de alguém preocupado com os problemas da mulher, mesmo mantendo o tom conservador das postagens ao exaltar a beleza e a fragilidade femininas.

Entre os três subgrupos, o tema Gênero e sexualidade obteve apenas 11 menções (14% do total). Mesmo em poucas referências ao tema, o então presidente ratificou seu posicionamento conservador sobre a questão. O Gráfico 11 apresenta a distribuição por temas do subgrupo:

Gráfico 11 – Ocorrências em temas de Gênero e Sexualidade



Fonte: Pinheiro (2021)

¹¹ Martello, Alexandre. *Governo Bolsonaro propõe 94% menos orçamento no enfrentamento à violência contra a mulher, diz levantamento*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/29/governo-bolsonaro-propoe-94percent-menos-de-recursos-no-orcamento-para-combate-a-violencia-contra-mulheres-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em 03/01/23.

Entre os temas acionados nesse subgrupo, *Travestis – Trans – homossexuais* lidera as ocorrências, com 45,5% das ocorrências. Nesse caso, o tema pode ser cruzado com a política pública *Comportamento e Direitos Humanos*, porque abrange as políticas públicas conservadoras do governo sobre a questão. A imagem 3 exemplifica essa postura:

Figura 6 – Referência sobre Travestis – trans – homossexuais

Fonte: Instagram de Jair Bolsonaro (2019)

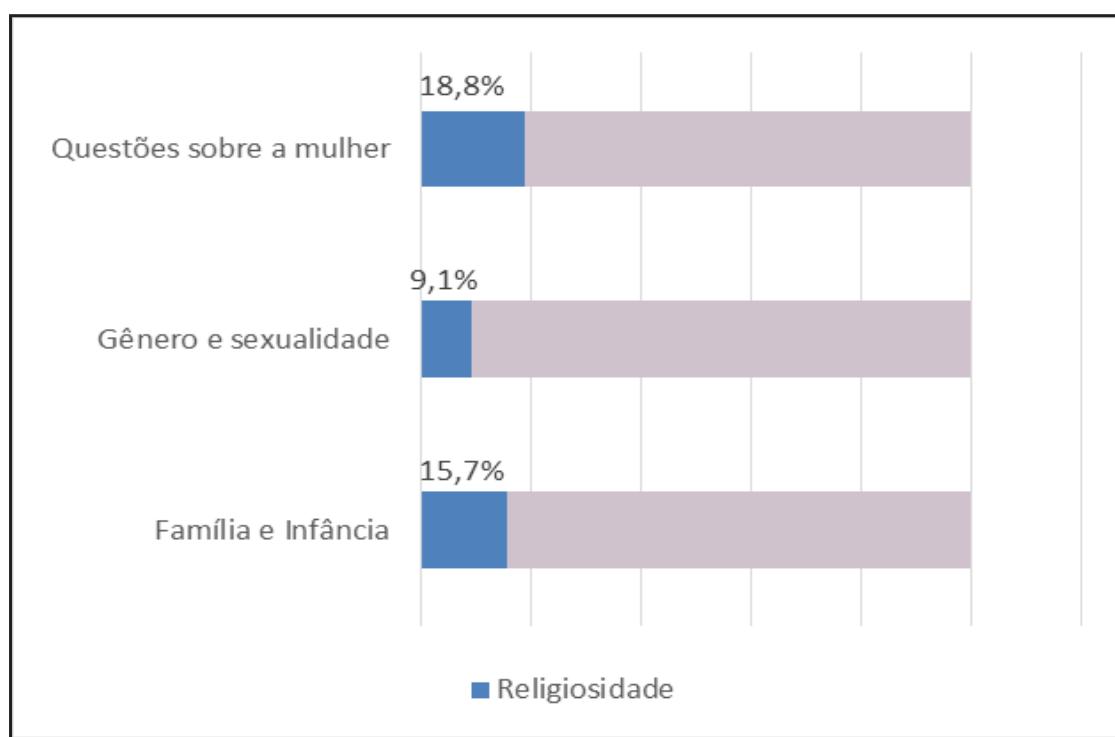
A postura contrária a políticas públicas voltadas à comunidade LGBQIA+ sempre revelaram o caráter conservador e preconceituoso do então presidente. Suas declarações sobre homossexualidade sempre tiveram caráter preconceituoso, como explicitado, por exemplo, na entrevista concedida à Revista Época em 2011¹². Nesse caso ele reafirmou sua posição homofóbica em diferentes ocasiões, utilizando, inclusive, a força do Estado para estabelecer a diretriz de governo orientada por sua visão de mundo, como no caso da Imagem 6. O então presidente não procurava esconder sua postura contrária à diversidade sexual e a questões de gênero, fortalecendo seus vínculos com a população conservadora e seus apoiadores de direita.

¹² JAIR Bolsonaro: "Sou preconceituoso com muito orgulho". São Paulo, Época, 2 jul. 2011. Disponível em: <https://glo.bo/2Z1Reagl>. Acesso em: 10 jun. 2020.

(e) Identificação da religiosidade no grupo “Interesse Público e Temas sensíveis”

A análise verificou, também, a associação entre a *religiosidade* e os *temas sensíveis*, identificando a ocorrência desta categoria em relação ao total de cada tema do grupo temático “Interesse Público e Temas sensíveis”, conforme apresentamos no Gráfico 12.

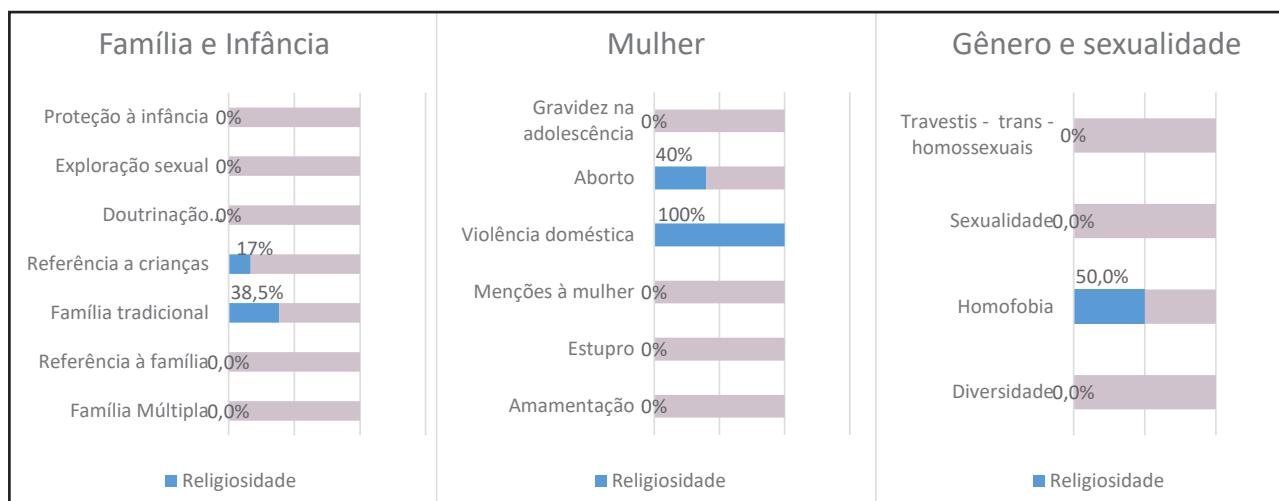
Gráfico 12 – A religiosidade no grupo temático Interesse Público e Temas Sensíveis



Fonte: Pinheiro (2021)

Os temas sensíveis totalizam 78 ocorrências, sendo que, dessas, 12 (15,4%) estão relacionadas à religiosidade. O maior percentual reside no tema *Mulher*, em 3 das 17 ocorrências do tema, o que corresponde a 18,8%. Em *Família e Infância*, entre as 51 ocorrências, 8 têm a presença de elementos religiosos, mais de 15% do total. E, em 1 das 11 ocorrências de *Gênero e sexualidade* encontra-se o elemento religioso, o que corresponde a 9%. No gráfico 13, é apresentada a distribuição de religiosidade por temas de cada um dos subgrupos:

Gráfico 13 – A religiosidade nos subgrupos de Interesse Público e temas sensíveis



Fonte: Pinheiro (2021)

As menções à *Família Tradicional* totalizam 38,5% e foram associadas à *Religiosidade* (5 de 13 menções totais do tema), sendo que as *Crianças* obtêm 17% (3 em 18 menções). Os demais subtemas aparecem associados a *Deus* e à *Família Tradicional*, o que remete ao conceito bíblico de que a família é constituída pela união de um homem e uma mulher, sem espaço para a diversidade. Este argumento está na relação entre *Religiosidade*, defesa da família tradicional e a proteção às crianças. Já a *Família Múltipla*, sem definição de gênero e papéis rígidos, é entendida como ameaça à “natural” formação do núcleo familiar. A associação da família com elementos religiosos sugere que a *Família Múltipla* não existe no referencial familiar do ex-governante.

O tema *Mulher* é associado à *Religiosidade* em duas referências: em *Violência Doméstica* e em *Aborto*, com 2 das 5 ocorrências. A Imagem 4 mostra simbolicamente a relação entre crianças, aborto e religião.

A postagem é de um vídeo gravado em frente do Palácio do Planalto, em local usado pelo então presidente para dar declarações e encontrar eleitores. No vídeo, um padre conduz sete crianças, uniformizadas com camisetas e máscaras de um grupo religioso, para realizar manifestação contra o aborto. A postagem é irresponsável e agrediu a inocência das crianças sem quaisquer condições etárias e cognitivas,

estrategicamente usadas para abordar o tema com fins político-religiosos. O vídeo reforçou o tabu e a interdição do debate relacionado ao aborto no Brasil, bem como esclareceu a posição do então presidente. A estratégia era manipular simbolicamente o sentido da descriminalização do aborto, ao mostrar as crianças que nasceram (e ali estão) contra aquelas que um aborto impediria.

Figura 4 – Postagem associando *Religiosidade e Aborto*



Fonte: Bolsonaro (2019)¹³

Em Gênero e sexualidade, há apenas uma menção religiosa em Homossexualidade entre as duas ocorrências do tema. O então presidente não realizou a associação com questões religiosas e essa postura sugere que, nesse caso, o tema dispensa o auxílio da religiosidade para dar credibilidade e adesão ao post, o que torna ainda mais visível a convicção de Bolsonaro de que a sociedade compactua com a sua opinião acerca do assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que analisar 1225 postagens do então presidente Jair Bolsonaro no dispositivo digital Instagram é contribuição relevante ao campo da comunicação

¹³ Bolsonaro, Jair. *Crianças fazem pedido ao presidente*. 23 abr. 2020. Instagram: jairmessiasbolsonaro. Disponível em:https://www.instagram.com/p/B_V6OVOn_6p/. Acesso em: 20 maio 2020

política justificada pelo impacto e o poder do discurso e da postura presidenciais em canais de comunicação com a sociedade. Essa pesquisa teve por objetivos apresentar dados e problematizar a subordinação de conceitos republicanos e de políticas públicas à moral religiosa que incide na própria concepção da democracia brasileira, constitucionalmente laica.

Da pesquisa realizada por Pinheiro (2021) retiramos excertos de conteúdos postados pelo então presidente em seu Instagram, relacionados a temas de interesse público, temas sensíveis e a relações de interesse público passíveis de associação com a categoria religiosidade. Este recorte privilegiou 159 referências à religiosidade, categoria de análise à qual foram submetidos os conteúdos de três grupos temáticos, especificamente: 1480 ocorrências sobre temas políticos de interesse público e 78 ocorrências sobre temas sensíveis de interesse público.

Os dados apresentados indicam um caminho de pesquisa importante, onde se encontram a complexidade interdisciplinar proposta no conceito de democracia digital em relação à propalada crise das democracias e, também, às fronteiras entre a comunicação pública (normativa à democracia) e à comunicação privada (desenvolvida em mídias digitais). Mesmo que pareça anacrônico, discutir religiosidade e política na contemporaneidade é um dos caminhos para o debate sobre novos autoritarismos e novos populismos considerando o poder das redes de comunicação digital, a passionaldade da autonomia individual dos discursos nas redes sociais e a comunicação direta que pode excluir a comunicação pública.

A associação entre emoção e religiosidade, instituições religiosas, representação política religiosa e o discurso de fé proferido por um governante, indicam o poder de um sistema simbólico eficaz à distorção de conceitos caros à democracia, ao debate público e à emancipação civilizatória. Os dados apresentados demonstram, de alguma maneira, que a religiosidade contamina o funcionamento do Estado democrático e contribui para a crise da democracia. Este processo já ocorre no Brasil, através da intervenção religiosa de parlamentares sobre temas de interesse público; pela

ocupação de espaços na burocracia estatal e pelas relações privadas entre dirigentes e governantes com organizações religiosas.

Na intimidade entre comunicação, religiosidade e passionalidade, adquire consistência a permanente dúvida sobre a verdade e a realidade, que passam a depender de explicações mágicas e da fé. Nesta direção, a busca de um discurso único, do controle sobre os poderes republicanos e o controle da liberdade de informação foram integrados ao modo de governar, como demonstrou o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Esses aspectos são encontrados na singularidade da atual democracia brasileira e o teor religioso que marca os discursos presidenciais sobre qualquer assunto aponta para o viés moralista aplicado a políticas públicas, especialmente para a educação e a cultura. Religiosidade e moral conservadora demarcaram as práticas de governança do então presidente Jair Bolsonaro, que mesmo depois de perder a eleição e de estar sob investigação da Justiça Brasileira¹⁴, mantém milhões de seguidores, em suas redes sociais.

A identificação da *Religiosidade* nas postagens do ex-presidente permite perseguir a nova configuração dos populismos nas democracias contemporâneas, estratégia política da direita, facilitado pelas redes sociais digitais. Assim como na religião, o populismo também põe em cheque o regime de verdade convencionado pela sociedade moderna e manipula a passionalidade para exaltar a polaridade política. As bolhas digitais formadas nas novas mídias bloqueiam a contestação a afirmações inverossímeis e tornam as realidades narradas fortes corredores para o ingresso de adeptos do discurso proferido, antes que o diálogo com setores divergentes consiga esmorecer as convicções dos grupos digitais, o que facilita a aderência da religiosidade e pode fortalecer um novo padrão populista de governar. O ex-presidente Jair Bolsonaro investiu na própria imagem como a personalização do líder aguardado para sanar os problemas de brasileiros, proteger cidadãos ressentidos com a mudança social encaminhada por governos anteriores. Para tanto, fomentou a imagem do inimigo

¹⁴ Poder 360: Bolsonaro é alvo de 25 investigações; Entenda. 4 de maio de 2023. Disponível em <https://www.poder360.com.br/justica/bolsonaro-e-alvo-de-25-investigacoes-entenda/>. Acesso em 26/06/2023.

(esquerda e cidadãos defensores dos direitos humanos, por exemplo); apresentou as ameaças à pátria, vindas de países defensores do meio ambiente, entre outras situações, e promoveu o armamento como forma de fortalecer o país, os brasileiros e combater o mal, em nome de Deus.

O artigo deixa a questão em aberto sobre o paradoxo democrático formado pelo poder da tecnologia digital das democracias para cumprirem seus princípios voltados à transparência, ao debate público e à defesa do interesse público mas que, também, viabiliza a autonomia de organizações privadas na promoção dos interesses privados, conservadores redutores da potência democrática.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.E. D. **O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro.** São Leopoldo, *Instituto HumanitasUnisinos*, 1 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>
- BÍBLIA, N.T. **Atos dos Apóstolos.** In: *Bíblia. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos.* São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida. 2008.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** São Paulo: Editora Paz e Terra. 2007.
- BOURDIEU, P. (2011). **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva
- BRAGA. S., MITOZO, I.B., & Vieira, F.A. **Jornalismo, internet e eleições proporcionais do Paraná em 2014: uma análise a partir da iniciativa Candibook, do jornal Gazeta do Povo.** In: Cervi, E. U., Massuchin, M. G., & de Carvalho, F. C. (Eds). *Internet e eleições no Brasil.* Curitiba: UFPR. 2016.
- CESAR, C. M; WEBER, M.H. **Les formes de la violence et la politique brésilienne.** *Revue Politique et Parlamentaire*, v. 1100, p. 197-202. 2021.
- DRYZEK, J. S. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations.** Oxônia, Oxford University Press. 2002.
- FONTELES, Henrique A. **Da religiosidade participativa à participação virtual: Uma reflexão sobre a natureza (in)comunicativa do programa religioso “Show da Fé”.** Revista Âncora, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 67-81, 2007. Disponível em: http://www.revistaancora.com.br/revista_3/05.pdf. Acesso em: fev. 2020

GABRIEL, José Luciano. **Liberdade Religiosa e Estado Laico Brasileiro: uma abordagem à luz de Habermas e do Direito.** Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.

GOMES, W. e Maia, Rousiley C. **Comunicação e Democracia: problemas e perspectivas.** São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, W. **A democracia no mundo digital: história, problemas e temas.** São Paulo: Sesc, 2018.

LEVINTSKY, S., ZIBBLAT, D.I. **Como as democracias morrem.** São Paulo: 2018.

ZAHAR, Löwy, M. **O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular.

MARTINO, L. Sá. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais.** São Paulo: Paulus, 2016.

MENDONÇA, Ricardo. F.; PEREIRA, M. A.; FILGUEIRAS, F. (org.). **Democracia Digital: Publicidade, instituições e confronto político.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MIGUEL, L. F. **Consenso e conflito na democracia contemporânea.** São Paulo: Editora Unesp, 2017.

PINHEIRO, M.F. **Intervenções privadas na comunicação pública do governo de Jair Bolsonaro: os vieses moralistas e religiosos.** PPGCOM/UFRGS (dissertação de mestrado). 2021.

ROSANVALLON, P. **La Contre-démocratie: la Politique à l'âge de la Défiance.** Paris, Éditions du Seuil, 2006.

ROSANVALLON, P. **El siglo del populismo.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020.

WEBER, M. **A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

WEBER, M. H. **A perversa narrativa presidencial e a comunicação pública.** In: Rafael Sampaio; Rayza Sarmento; Viktor Chagas. (Org.). *Comunicação e política no contexto da pandemia: breves reflexões*. Curitiba: Compolitica, v. 1, p. 31-40. 2021

WEBER, M. H.; Locatelli, C. **Realidade e Limites da Pesquisa Empírica em Comunicação Pública.** Matrizes (USP. IMPRESSO), v. 16, p. 141-159. 2022.

WEBER, M.H. Neckel, A.; Andrade, B; Mantovani, D.; Bastos P.F.; Gomes. J.; Guerra, L. F.; Pinheiro, M. F. **Rupturas político-estéticas na eleição presidencial de 2018: as fanpages de Bolsonaro e Haddad.** In: Cervi, E. e Weber, M.H. (org.). *Impactos político- comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018.* Curitiba: CPOP / Carvalho Comunicação. p. 15-64. 2021

ZIZEK S. **Vivendo no fim dos tempos.** São Paulo: Boitempo, 2012

Contribuição de Autoria

1 – Muriel Pinheiro

Doutoranda e mestra (2021) em comunicação pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, possuo graduação em Comunicação Social pela mesma universidade, UFRGS (2011).

<https://orcid.org/0000-0002-3878-3528> • mhelenaweber@terra.com.br

Contribuição: Escrita - primeira redação

2 – Maria Helena Weber

Professora Titular e orientadora junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e mestre em Sociologia pela UFRGS, onde se formou em Comunicação Social, nas habilitações Relações Públicas e Propaganda.

<https://orcid.org/0000-0002-7921-4524> • feltenmuriel@gmail.com

Contribuição: Escrita - revisão e edição

Como citar este artigo

PINHEIRO, M.; WEBER, M. H. O interesse público submetido à moralidade religiosa: postagens de Jair Bolsonaro no Instagram (2019-2020). **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 38, e84262, 2025. DOI 10.5902/2317175884262. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175884262>. Acesso em: XX/XX/XXXX.